

Ass P6

baixo, médio e alto teor de Mangels Empresa 100 Brasileira

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

Comissão define temas sobre a Carta até quarta-feira

por Francisco Stella Fogó de Brasília

Até a próxima quarta-feira, o grupo interpartidário formado para negociar soluções de consenso na Constituinte pretende "bater o martelo", como diz o deputado Antônio Britto (PMDB-RS), vice-líder do senador Mário Covas na liderança da Constituinte e um dos articuladores do grupo.

Bater o martelo significa chegar ao consenso sobre os temas mais polêmicos da Constituinte para depois inserir as soluções no substitutivo a ser apresentado pelo relator Bernardo Cabral, no dia 23, e conseguir o maior número possível de adesões, ou, pelo menos, 47 votos na Comissão de Sistematização e 280 votos no plenário da Constituinte, suficientes para a aprovação de propostas.

Ontem, o grupo reuniu-se pela manhã na biblioteca da Câmara dos Deputados. Além dos articuladores iniciais, constituintes da ala progressista do PMDB e do setor menos conservador do PFL, estavam presentes pela primeira vez o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, um representante do PT, o deputado Plínio de Arruda Sampaio, e membros do chamado movimento unidade progressista (MUP), a ala esquerda do PMDB, entre eles Percival Muniz (PMDB-MT) e Nelton Friedrich (PMDB-PR).

Havia pouco mais de trinta constituintes. O grupo, segundo o deputado Euclides Scalco, já tem um núcleo de cinquenta integrantes e já garante praticamente a maioria de votos

na Comissão de Sistematização, 47 votos.

Três temas estão fora das intenções de acordo: mandato do presidente José Sarney, sistema de governo e sistema eleitoral. São temas que notoriamente não são suscetíveis de acordo; serão decididos pelo voto no plenário.

Fernando Henrique Cardoso está convencido de que a maioria dos temas mais polêmicos da Constituinte, como reforma agrária, reserva de mercado e anistia, poderá ser objeto de um amplo entendimento na Constituinte até que o projeto de Constituição seja remetido ao plenário para ser votado. Há vários grupos trabalhando pela negociação, pondera. Os mais notórios são o grupo interpartidário que se reuniu ontem e o grupo articulado pelos deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Guilherme Afif Domingos (PL-SP) e que está sendo coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), o provável negociador com o outro grupo.

O coexistência de diversos grupos, dispostos à negociação, segundo Fernando Henrique, é exatamente saudável nesta fase da Constituinte. Chegará em breve o momento em que todas as propostas de todos os grupos deverão convergir para um único canal, o que facilitará um amplo entendimento na fase final da Constituinte.

O programa para a próxima quarta-feira foi montado ontem pelo deputado Euclides Scalco, secretário do grupo interpartidário. Até lá, os relatores de cada um dos temas polêmicos já terão negociado com o maior número possível de constituintes.

as questões polêmicas

por Edson Beó de Brasília

O presidente José Sarney continua articulando com os governadores o apoio de suas respectivas bancadas, no sentido de buscar um texto constitucional que reflita maior unidade e coerência do pensamento da sociedade brasileira, segundo afirmou o secretário de Imprensa, Frota Neto. Ontem pela manhã, por exemplo, ele reuniu-se com o paulista Orestes Quércia, no Palácio da Alvorada. Na ocasião, Sarney defendeu "a necessidade de as forças nacionais, notadamente as que apoiam o governo, cheguem a um entendimento sobre determinados temas polêmicos", relatou o secretário.

Sarney não perdeu a oportunidade de reafirmar a Quércia seu descontentamento com o anteprojeto aprovado pelos constituintes. "Ele não atende as necessidades nacionais", afirmou Frota Neto, traduzindo o pensamento do governo. Segundo o assessor, Sarney está particularmente inconformado com

"as superposições de funções" criadas pelo sistema de governo parlamentarista proposto. A anistia aos militares com todos direitos retroativos representa outro ponto indigesto para o Executivo, mais particularmente para as Forças Armadas. Ontem, Frota Neto disse que "a posição do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, reflete a posição do governo" sobre a matéria. O ministro manifestou-se contrário à anistia.

O governo tampouco assimila a proposta de estabilidade de emprego e de jornada de trabalho de 40 horas semanais. "Isso também precisa mudar", avisa o secretário.

Frota Neto disse que a posição de Ulysses Guimarães, de decidir desenvolver as negociações com o Executivo, contando com todas as facções do PMDB, não colide com o trabalho do líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna. "O presidente Sarney sempre teve a preocupação de privilegiar a liderança do doutor Ulysses", afirmou.

Sessões extras discutem o sistema de governo

por Andrew Greenless de Brasília

O sistema de governo a ser adotado no País — presidencialismo ou parlamentarismo — será o primeiro tema das nove sessões extraordinárias da Assembleia Nacional Constituinte, a partir da próxima terça-feira. O calendário oficial de debates dos pontos centrais da nova Carta foi lido ontem em plenário pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

As sessões extraordinárias com assuntos pré-estabelecidos começarão às 18,45 horas e se estenderão até às 23,45 horas, às terças, quartas e quintas-feiras, durante três semanas. A programação divulgada por Ulysses inclui ainda: dia 5, União, Estados e Municípios; dia 6, reforma agrária; dia 11, economia

(com definição de empresa nacional); dia 12, direitos trabalhistas; dia 13, educação; dia 8, sistema eleitoral e voto distrital; dia 19, reforma urbana; e dia 20, saúde e previdência social.

Em cada sessão, obedecendo à regra de proporcionalidade ao tamanho das bancadas, falarão três representantes do PMDB, dois do PFL e um membro de cada um dos outros dez partidos.

Ulysses divulgou também as modificações acertadas com os líderes partidários quanto ao andamento do processo constitucional. Continua o prazo final — 17 de setembro — para que a Comissão de Sistematização conclua, mas, até lá, os constituintes terão mais seis dias em relação ao regimento original para apresentar emendas ao anteprojeto.

Proposta para resolver